

JOÃO BATISTA NATALI
Enviado Especial do Brasil

A discussão em torno da obrigatoriedade do diploma de Jornalismo para o exercício da profissão ainda não foi encerrada. Embora o assunto não esteja presente no primeiro projeto da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, provavelmente não apareça no segundo projeto que o relator Bernardo Abranches (PMDB-AM) divulgará dia 23, em polêmica, desencadeada no ano passado na Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, tem um campo fértil e novamente explosivo a partir do momento em que os congressistas se lançarem na regulamentação dos dispositivos que a próxima Constituição definir quanto aos direitos e garantias individuais.

Provisoriamente hibernados, os argumentos sobre a reserva de mercado dos jornalistas apenas para os detentores de um diploma universitário específico nunca atingiram contornos ideológicos precisos. Se, de um lado, aliando-se ao ponto de vista dos sindicatos há "conservadores" como o ex-deputado Paulo Maluf (PDS-SP), de outro lado "progressistas" como o sociólogo e deputado Florestan Fernandes (PT-SP) concordam com os intelectuais e profissionais da imprensa que defendem uma revisão da atual legislação.

É justamente Florestan Fernandes, 67, quem recoloca o debate em circulação. Em entrevista à Folha, entre 15h30 e 16h45 da última quinta-feira, num dos saguões do Congresso Nacional, ele defende a abertura da profissão a detentores de outros títulos universitários, em nome do interesse coletivo que seria, em última instância, o beneficiado pelo aproveitamento mais flexível dos talentos.

Folha — A questão da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista parece não ter, até agora, sensibilizado o Congresso constituinte. O sr. mantém sua posição, contrária à reserva desse mercado?

Florestan — Sim, e não só com relação aos jornalistas. Há no Brasil uma tradição de valorização social do profissional liberal. Isso nasce da precariedade de nosso mercado de trabalho, criando-se privilégios: só os detentores de determinados títulos podem ocupar determinadas profissões.

Folha — A abordagem desses privilégios seria matéria constitucional?

Florestan — Não, trata-se de matéria de lei ordinária. A discussão deve ainda ocorrer, estabelecendo-se uma cisura maior entre as atividades que realmente precisam estar regulamentadas —por acarretar riscos ao profissional e aos que se usam sua competência, seu trabalho— e as que não exigem regulamentação. Um médico não qualificado é um risco para seus pacientes. Os portugueses têm um ditado curioso a respeito: "O túmulo é o lugar onde se enterram os erros dos médicos".

1 O trabalho de jornalista é hoje tão complexo como o de antropólogo

Folha — Como entraria o Jornalismo nessa questão de risco?

Florestan — O problema também é de qualificação profissional para o exercício de sua profissão, com trâmites estabelecidos para profissões equivalentes, que exigem, como essencial, a competência individual, um nível de capacitação. Há um primeiro erro, cometido pelos jornalistas antigos, que dizem serem supérfluas as escolas, já que o jornalismo se aprenderia na prática. A qualidade individual do trabalho de jornalista é hoje tão complexa quanto a do sociólogo, do antropólogo.

Folha — O sr. faz menção à necessidade de formação superior...

Florestan — Exatamente. Atividades como a Propaganda ou o Marketing eram antigamente consideradas a

nível do ensino secundário técnico, mas se tornaram tão complexas que exigem, sem dúvida, o ensino superior. O mesmo acontece com o Jornalismo. Há lugar para um curso superior específico e também para o aproveitamento de jovens que cursaram outras áreas. Se um jovem faz um curso de Economia numa boa universidade, ele vai poder enriquecer seu currículo também na área do Jornalismo. É preciso, ao mesmo tempo, que as escolas de Comunicação tenham uma alta qualidade, e que não sirvam apenas para distribuir diplomas. Hoje talvez elas tenham um nível tão baixo quanto as escolas que antigamente distribuíam diploma de contador.

Folha — O que ainda está em jogo é o diploma específico de Jornalismo para o exercício da profissão.

Florestan — Eu não sou sociólogo, por exemplo, por ter obtido um título na Universidade de São Paulo. Sou sociólogo porque fiz uma carreira na Sociologia. Dei cursos, fiz trabalhos de mestrado à livre-docência. São essas as qualificações que me tornam sociólogo. É ruim procurar qualificar profissionalmente as pessoas apenas em razão do curso que elas fizeram. Da mesma forma com que um estudante formado em Sociologia pode ter a potencialidade para exercer o Jornalismo, um estudante formado em comunicações pode muito bem não ser jornalista, dedicando-se a outra atividade.

2 O Sindicato não pode pôr os jornalistas numa gaiola, como pássaros

Folha — Ou seja, o sr. raciocina em termos de uma flexibilidade maior entre a carreira para a qual se cursou a Universidade e a área profissional que será finalmente retida.

Florestan — Exatamente. O próprio Levi-Strauss quando veio ao Brasil estava duvidoso entre três áreas diferentes. Ele conta nos "Tristes Trópicos" que foi apenas após seu trabalho com os bororos, com os nhambiquaras, que ele optou definitivamente pela Etnologia. Ele originariamente era formado em Filosofia. O etnólogo brotou do trabalho intelectual. Aliás, a formação universitária francesa deixa aberta uma perspectiva muito ampla de especialização prática. Acho que devemos evitar o ecletismo exagerado, mas essa orientação é muito sábia. Quando um jovem decide frequentar um curso, raramente ele sabe o que fazer com seu talento. Ele descobrirá por tentativas de ensaio e erro.

Folha — Há, então a seu ver, uma

dimensão individualmente dolorosa para um estudante formado por exemplo em Arquitetura, mas que descobre depois ter vocação para o Jornalismo.

Florestan — Ele pode, obviamente, ser um bom jornalista. O grande problema está na tradição brasileira de criar um privilégio do "especialista". A pessoa faz um curso e permanece dentro de uma "prisão" profissional.

Folha — O sr. discorreu até agora sobre a formação pelo ensino. Mas na outra ponta da discussão há uma parte dos jornalistas e os sindicatos, defendendo a manutenção da reserva de mercado. Como o sr. se situa nessa polêmica?

Florestan — O papel de qualquer sindicato é essencial. Mas não acho que a principal atividade de um sindicato de jornalistas seja a de, ao defender uma qualificação específica, por os jornalistas numa gaiola, como se fossem passarinhos. O sindicato deve defender o interesse dos que se profissionalizaram. Sejam eles formados em Jornalismo ou em Arquitetura, para tomar seu exemplo há pouco. Se o jornalista não tiver atrás de si um sindicato, ele fica desprotegido como categoria profissional. O sindicato não pode defender privilégios, do tipo "quem fez tal curso faz tal coisa". O mercado precisa formar-se naturalmente, pelo processo de desenvolvimento e diferenciação da economia, da cultura, da sociedade. Há muita gente que fez curso de Jornalismo e vem fazendo carreira brilhante em outra área, e vice-versa.

Folha — Com relação aos sindicatos e o nível de ensino...

Florestan — Acho muito importante que os sindicatos de jornalistas defendam para as escolas de Comunicação um padrão de ensino mais alto, com maiores recursos humanos, apresentando aos estudantes e professores condições para a reprodução do conhecimento com o qual eles vão lidar. Os sindicatos deveriam zelar por isso. É através do nível intelectual do jornalista que entra em jogo o valor econômico de seu trabalho.

Folha — De maneira propositalmente grosseira de minha parte, perguntaria se uma categoria profissional ganha espaço político quando se organiza, ou quando ela é regulamentada por uma lei?

Folha — Ela ganha quando ela se organiza. É por isso que insisto no papel essencial dos sindicatos, como meio de organização da produção, de defesa não apenas do nível de salário, mas também do nível de competência de seus membros. A função principal do sindicato é de estabelecer um certo conjunto de mínimos intelectuais, materiais, mo-

rais, de valorização do profissional. Essa é a base inclusive para que o sindicato, em circunstâncias mais extremas, ganhe uma greve.

3 A qualidade intelectual do jornalista continua sem ser levada a sério

Folha — Para muitos jornalistas, a dúvida está hoje justamente na impossibilidade de se ganhar maior espaço político, de ampliar o espaço de valorização profissional, diante dos atuais critérios de recrutamento baseados no monopólio de quem tem um diploma específico.

Florestan — Se o ensino de Jornalismo tiver uma alta qualificação, nenhuma empresa jornalística recrutará profissionais entre os formados em Direito, Ciências Sociais, etc. O problema continua a ser o da qualidade intelectual do jornalista, que nunca foi levada a sério. Fora do Brasil —e não que eu defenda a imitação dos estrangeiros— esse debate seria visto como incrível.

Folha — Nos mecanismos de exclusão (quem não tem o diploma específico não pode entrar para a profissão) não estaria embutida uma negação da própria democracia?

Florestan — Não acho que o critério seja basicamente democrático. Deve haver uma flexibilidade no aproveitamento do talento. Isso se dá no interesse coletivo da sociedade: o talento deve ser aproveitado onde ele é mais produtivo. Apanhemos o exemplo de alguém formado em Medicina e que é potencialmente um bom jornalista. É a sociedade que sairá perdendo caso essa pessoa não tenha acesso ao Jornalismo. A questão da democracia não está envolvida nisso. É uma reação racional da sociedade com relação ao aproveitamento do talento. Isso é próprio da sociedade capitalista, já que na socialista os parâmetros são outros, sem o desprestígio do trabalho manual se comparado ao trabalho intelectual. O capitalismo exige a valorização econômica das profissões.

Folha — O sr. chegou a ser procurado, aqui no Congresso constituinte, por sindicatos ou entidades empresariais, para opinar sobre essa questão do diploma?

Florestan — Eu não fui por uma razão. Tenho uma convivência construtiva com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, onde sou frequentemente convidado para palestras. Todos conhecem minha posição. Ninguém me acusa. Empresários de jornal também nunca me procuraram, porque, talvez, como eu pertenço ao PT, eu defendo uma orientação sindicalista, de esquerda, na defesa dos interesses profissionais.